

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO  
COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

EDITAL Nº 006/2024

A Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso, no uso de suas atribuições e cumprindo o disposto na Resolução nº 139/2017, de 06/10/2017, do CEPE/FURB, em seu artigo 18, inciso IX, torna público que, na data, horário e banca examinadora, ocorrerá a sessão de defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso:

<b>ALUNO(A)</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR(A)</b>	<b>EXAMINADOR(A)</b>	<b>DATA</b>	<b>HORA</b>	<b>SALA</b>
Amanda Silva Dalla-Valle	REFLEXÕES SOBRE AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ELENCADAS NA LEI 11.340/06: UMA ANÁLISE ACERCA DA SUA (IN) EFETIVIDADE	Eleonora Gomes Costa Sagaz	Rodrigo Fernando Novelli	24/06	10h	C-101
Anna Lisiê Preisig Fernandes	MÃES E CRIANÇAS NO CÁRCERE EM TEMPOS DE PANDEMIA: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS E A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA PELO MIN. LUIZ FUX (STF) NO HABEAS CORPUS 186.185 DE 2020	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	Eleonora Gomes Costa Sagaz	27/06	11h20	B-201
Arman Hillesheim	TELETRABALHO, TECNOLOGIA E MENSAGENS INSTANTÂNEAS: A DESCONEXÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL DO TELETRABALHADOR	Tatiani Heckert Braatz	Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira	12/06	17h	C-104
Bruna Kniss Dias	A IMUNIDADE CONDICIONADA DO ITBI NA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DAS HOLDINGS	Jorge Stoeberl	Romualdo Paulo Marchinhacki	25/06	11h20	C-101
Eduardo Luiz Froner Santos	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA PERSPECTIVA APÓS A LEI 14.122/2020	João Felipe Buerger	Jorge Stoeberl	25/06	13h	C-101
Ellen Effting	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: UMA FORMA DE REDUZIR AS DEMANDAS REPRESADAS NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	João Felipe Buerger	Jorge Stoeberl	28/06	11h20	B-201
Gabriel Luan Fronza	CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS ATRAVÉS DE CONTRATOS ELETRÔNICOS E AS CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	Jorge Stoeberl	João Felipe Buerger	28/06	13h	B-201

Gabriel Strobel	A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 385 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA ACUSATÓRIO BRASILEIRO	Ricardo Alexandre Deucher	Rodrigo Fernando Novelli	26/06	11h20	B-201
Helena Tribess Lages	SEGURANÇA LOGÍSTICA INTERNACIONAL E O PROGRAMA OEA: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DOS CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO PARA O COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE ILÍCITOS	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	Germano Adolfo Gehrke	27/06	14h	B-201
Jonathan Juan Carvalho Rosa	AUTONOMIA NEGOCIAL DOS SINDICATOS NA ERA DA REFORMA TRABALHISTA: ESTUDO A PARTIR DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS OCORRIDAS NO SETOR TÊXTIL EM BLUMENAU E REGIÃO	Tatiani Heckert Braatz	Mayelli Slongo	26/06	10h	C-104
Júlia Cristina Maçaneiro da Silva	A LEGALIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA EM AMBIENTES HOSPITALARES PRIVADOS	João Felipe Buerger	André Luiz Schneider	24/06	11h20	C-101
Júlio Henrique Biondo	A RESPONSABILIDADE FISCAL DO SÓCIO NA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE	Romualdo Paulo Marchinhacki	João Felipe Buerger	26/06	11h20	C-101
Laura Giovana Tomelin	O IMPEDIMENTO DA GUARDA COMPARTILHADA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI Nº 14.713/2023	Alessandra Jeanne Dias Christ	Ana Luísa De Moraes Vieira	24/06	11h20	B-201
Luisa Salles Kuehnrich de Toni	RESPONSABILIZAÇÃO DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS NA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE ILÍCITA NAS REDES SOCIAIS	Priscila Zeni De Sá	Ana Luísa de Moraes Vieira	03/07	17h	C-101

Matheus Arthur Hutzelmann	A HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR IDOSO DIANTE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE CONCEDEM CRÉDITO CONSIGNADO NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS: (IN) EXISTE RELAÇÃO COM O SUPERENDIVIDAMENTO DESSES CONSUMIDORES?	Ana Luísa De Moraes Vieira	Pâmela Rodrigues França	28/06	15h	B-201
Matheus de Oliveira Bini	OS MECANISMOS DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PARA REPARAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS DURANTE AS DITADURAS DO CONESUL.	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	Saskia Assumpção Lima Lobo	28/06	13h	C-204
Matheus Guilherme Butzke	LEI FEDERAL Nº 13.425 DE 30 MARÇO DE 2017: IMPACTOS NA REALIDADE FÁTICO-JURÍDICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Saskia Assumpção Lima Lobo	Mayelli Slongo	28/06	14h20	C-204
Mayara Fabeny	RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO E O TRATADO MULTILATERAL DE PRESERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA MARINHA: A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL REPENSADA NO DIREITO DOS TRATADOS	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	Nicolau Cardoso Neto	02/07	14h	B-201
Pablo Ruan Roderes	DOLO E CULPA FRENTE À EMBRIAGUEZ E MORTE NO TRÂNSITO: ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL	Rodrigo Fernando Novelli	Ricardo Alexandre Deucher	06/06	17h	C-101
Paulo Henrique Alves Oliveira	O PAPEL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL	Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira	Tatiani Heckert Braatz	24/06	17h	B-201
Sophia Schazmann Uliano	A QUALIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL E O LUGAR DA MULHER: UMA ANÁLISE A PARTIR DE FLÁVIA BIROLI	Mayelli Slongo	Saskia Assumpção Lima Lobo	26/06	11h20	C-104

Stephanie Beatriz Hoeltgebaum Pereira	TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS (INFLUENCERS MIRINS) E O CASO "BEL PARA MENINAS": UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE DA CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB A ÓTICA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO INFANTIL	Tatiani Heckert Braatz	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	02/07	11h30	B-201
Vanessa Eduarda Dellabeneta	TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇA NO BRASIL E EXPLORAÇÃO SEXUAL: A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O COMBATE	Wanda Helena Mendes Muniz Falcão	Carolina Heloísa Guchel Berri	02/07	10h	B-201
Victor Fuckner Cruz	A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS DESENVOLVEDORES DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Priscila Zeni De Sá	Alejandro Knaesel Arrabal	03/07	16h	C-101

Blumenau (SC), 18 de junho de 2024.

  
 Prof.ª Priscila Zeni de Sá  
 Coordenadora do Trabalho de Conclusão de Curso